



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RORAIMA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**CARTA CONVITE Nº 01/2016**  
**EXCLUSIVO ME/EPP/COOPERATIVA**  
**Processo nº 1.32.000.001034/2016-28**

A **UNIÃO**, através da Procuradoria da República no Estado de Roraima, doravante denominada apenas **PR/RR**, CNPJ nº 26.989.715/0027-41, situada na rua General Penha Brasil, 1255, Bairro São Francisco, Boa Vista-RR, e por seu Presidente da Comissão Permanente de Licitação – CPL, designado pela Portaria PR-RR nº 001, de 08 de janeiro de 2016, do Exmo. Senhor PROCURADOR-CHEFE da PR/RR, **CONVIDA** essa empresa a participar desse **Convite**, tipo **MENOR PREÇO**, nos termos da Lei nº 8.666/93 e da Lei Complementar nº 123/2006, bem como pelas demais normas que regem a matéria e as condições e exigências constantes da presente Carta Convite.

**SEÇÃO I – RECEBIMENTO E INÍCIO DA ABERTURA DOS ENVELOPES**  
**DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA**

1.1 A abertura da sessão pública ocorrerá conforme abaixo:

**Data:** 14/10/2016 (Sexta-Feira)

**Horário:** 09 horas A.M. (horário local de Boa Vista - RR)

**Local:** Auditório da Procuradoria da República no Estado de Roraima, situado na rua General Penha Brasil, 1255, São Francisco, Boa Vista-RR

1.2 No local indicado serão realizados os procedimentos pertinentes a este Convite, com respeito a:

- 1.2.1 recebimento dos envelopes **Documentação e Proposta**;
- 1.2.2 abertura dos envelopes **Documentação**;
- 1.2.3 devolução dos envelopes **Proposta** aos licitantes **inabilitados**;
- 1.2.4 abertura dos envelopes **Proposta** dos licitantes **habilitados**.

1.3 As decisões da Comissão Permanente de Licitação serão comunicadas mediante publicação na página Web, no endereço <http://www.mpf.mp.br/rr/transparencia/licitacoes/2016/convite/>, principalmente, quanto a:

- 1.3.1 Aos pedidos de impugnação porventura interposto e suas respostas;
- 1.3.2 Aos pedidos de esclarecimento porventura interposto e suas respostas;
- 1.3.3 habilitação ou inabilitação do licitante;
- 1.3.4 julgamento das propostas;
- 1.3.5 resultado de recurso porventura interposto;

- 1.3.6 resultado de julgamento deste Convite; e  
1.3.7 adjudicação e homologação deste Convite.

## **SEÇÃO II - DO OBJETO**

2.1 A presente licitação tem por objeto a **contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de motor-gerador de energia elétrica**, conforme especificações do **Anexo I** desta Carta Convite.

## **SEÇÃO III – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**3.1 Esta Licitação terá participação exclusiva de ME e/ou EPP ou Sociedade Cooperativa, conforme Art. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.**

3.2 Poderão participar deste Convite quaisquer licitantes que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos para habilitação.

3.2.1 O cadastramento do licitante no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, de que trata a IN MARE nº 05/95, é válido como parte dos requisitos mínimos da HABILITAÇÃO;

3.2.2 O cadastramento no SICAF poderá ser realizado em qualquer unidade dos órgãos/entidades que integram o Sistema de Serviços Gerais - SIASG, localizados nas Unidades da Federação.

3.2.3 A PR/RR não é unidade cadastradora do SICAF, apenas consultora.

3.3 Não poderão participar deste Convite:

3.3.1 Empresário suspenso de participar de licitação e impedido de contratar com a PR/RR, durante o prazo da sanção aplicada;

3.3.2 Empresário declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação;

3.3.3 Empresário suspenso de participar de licitação e impedido de contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada;

3.3.4 Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

3.3.5 Empresário cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto deste Convite;

3.3.6 Empresário que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão ou incorporação;

3.3.7 Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

3.3.8 Consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição.

## **SEÇÃO IV – DO PROCEDIMENTO**

4.1 O representante legal do licitante deverá entregar, impreterivelmente, os envelopes Documentação e Proposta, **até o dia**, hora e local fixados na Seção I desta Carta Convite.

4.1.1 Não será aceita, em hipótese alguma, a participação de interessada retardatária, a não ser como ouvinte.

**4.2** Considera-se como representante legal qualquer pessoa credenciada pelo licitante, mediante contrato, procuração ou documento equivalente, para falar em seu nome durante a Sessão de abertura dos envelopes, seja referente à documentação ou às propostas.

**4.2.1** Entende-se por documentos de credenciamento:

a) contrato social, quando a pessoa credenciada for sócia da empresa licitante;

b) procuração ou declaração do licitante com poderes para que a pessoa credenciada possa falar em seu nome em qualquer fase desta licitação.

**4.2.2** Cada credenciado poderá representar apenas um licitante;

**4.2.3** O documento credencial poderá ser apresentado à Comissão Permanente de Licitação no início dos trabalhos, isto é, antes da abertura dos envelopes Documentação e Proposta, ou quando esta o exigir;

**4.2.4** A não apresentação do credenciamento não inabilitará o licitante, mas impedirá o representante de se manifestar em seu nome.

**4.3** Uma vez iniciada a abertura dos envelopes Documentação e Proposta, não serão permitidas quaisquer retificações que possam influir no resultado final deste Convite.

**4.4** Na primeira sessão, os envelopes Documentação serão abertos, na presença dos interessados, pela Comissão Permanente de Licitação, que fará a conferência e dará vista dos documentos apresentados, os quais deverão ser rubricados pelos representantes legais dos licitantes presentes.

**4.4.1** Abertos os envelopes Documentação, a Comissão Permanente de Licitação, a seu juízo exclusivo, poderá apreciar os documentos de cada licitante e, na mesma reunião, divulgar o nome dos habilitados e dos inabilitados.

**4.4.2** Os envelopes Proposta das licitantes porventura inabilitadas serão devolvidos a elas, devidamente fechados.

**4.5** O licitante que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no envelope Documentação, ou os apresentar em desacordo com o estabelecido nesta Carta Convite ou com irregularidades, será inabilitada, não se admitindo complementação posterior.

**4.6** Não sendo necessária a suspensão da Sessão para análise da documentação ou realização de diligências ou consultas, a Comissão Permanente de Licitação decidirá sobre a habilitação de cada licitante.

**4.7** Se, eventualmente, surgirem dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato pela Comissão Permanente de Licitação e conduzam à interrupção dos trabalhos, serão elas consignadas em ata e a conclusão da habilitação dar-se-á mediante publicação de aviso na página web da PR/RR, no endereço <http://www.mpf.mp.br/rr/transparencia/licitacoes/2016/convite/>, ou diretamente aos licitantes em Sessão convocada previamente.

**4.8** Ocorrendo o desdobramento da sessão de habilitação, nova data e horário serão estabelecidos pela Comissão Permanente de Licitação para abertura dos envelopes Proposta.

**4.8.1** Os licitantes serão convocados a comparecerem à sessão mediante publicação na página web da PR/RR, no endereço <http://www.mpf.mp.br/rr/transparencia/licitacoes/2016/convite/>.

**4.8.2** Os envelopes Proposta ficarão sob a guarda da Comissão Permanente de Licitação, devidamente lacrados e rubricados no fecho pelos seus membros e pelos representantes legais dos licitantes presentes.

**4.9** Após a abertura dos envelopes Documentação, as propostas dos licitantes habilitados

serão abertas, na ocorrência das seguintes situações:

**4.9.1** Se houver renúncia registrada em ata ou formalizada por escrito de todos os licitantes ao direito de interposição de recurso; ou

**4.9.2** Se transcorrido o prazo regulamentar, sem que tenha havido interposição de recurso; ou

**4.9.3** Se dado o conhecimento do deferimento ou indeferimento do recurso porventura interposto.

**4.10** Se não houver tempo suficiente para a abertura dos envelopes Documentação e Proposta em uma única sessão, em face do exame da documentação e da conformidade das propostas apresentadas com os requisitos do Ato Convocatório, os envelopes não abertos, já rubricados no fecho, ficarão em poder da Comissão Permanente de Licitação até a data e horário, marcados para prosseguimento dos trabalhos.

**4.11** A abertura dos envelopes Documentação e Proposta será realizada em sessão pública, da qual se lavrará ata circunstanciada, assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e pelos representantes legais dos licitantes presentes.

**4.11.1** Consideradas as ressalvas contidas neste Convite, qualquer reclamação deverá ser feita no ato da reunião pelos representantes legais dos licitantes presentes;

**4.11.2** A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

**4.12** Todos os documentos e igualmente as propostas serão rubricados pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e pelos representantes legais dos licitantes presentes à sessão.

**4.13** Ultrapassada a fase de habilitação, não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitação.

**4.13.1** Abertos os envelopes Proposta, não caberá desclassificar as propostas por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

**4.14** É facultada à Comissão Permanente de Licitação ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Convite, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informação que deveriam constar originariamente da documentação e das propostas.

**4.15** Os envelopes contendo as propostas dos licitantes inabilitados ficarão à disposição destes pelo período de 10 (dez) dias úteis, contados do encerramento da licitação (transcorrido o prazo regulamentar para interposição de recurso contra o resultado da licitação ou, se for o caso, quando denegados os recursos interpostos), após o que serão destruídos pela Comissão Permanente de Licitação.

## **SEÇÃO V – DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES**

**5.1 Até o dia**, hora e no local, fixados na Seção I deste Convite, o licitante deverá apresentar à Comissão Permanente de Licitação, simultaneamente, sua documentação e proposta, em envelopes separados, fechados, com indicação em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, além da razão social do licitante, os seguintes dizeres:

## **SEÇÃO VI – DA HABILITAÇÃO**

**6.1 A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF (habilitação parcial) e da documentação complementar especificada no item 6.3 dessa Seção.**

**6.1.1** As licitantes que não atenderem às exigências de habilitação parcial no SICAF deverão apresentar, junto a documentação complementar, documentos que supram tais exigências.

**6.2 Caso o licitante não seja cadastrado no SICAF,** deverá apresentar os seguintes documentos habilitatórios, bem como a documentação complementar especificada no **item 6.3** dessa Seção:

**6.2.1 Habilitação Jurídica** compreende:

- a) registro Comercial, no caso de empresário individual;
- b) ato constitutivo, estatuto social ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade empresária, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, devidamente registrados. Estes documentos deverão estar acompanhados de todas as eventuais alterações ou da eventual consolidação respectiva;
- c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir (Lei 8.666/93 Art. 28 incisos I, II, III, IV e V).

**6.2.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista** consistirá em:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- b) prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual ou Distrital, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, junto ao Tribunal Superior do Trabalho, conforme disposto na Lei nº 12.440/11;

**6.2.1.1** as microempresas e empresas de pequeno porte deverão

apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

**6.2.1.2** a comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

**6.2.3 Qualificação econômico-financeira** compreende:

a) comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, quando qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral informados pelo registro cadastral do SICAF for igual ou inferior a 1 ou quando a licitante não esteja cadastrada no SICAF;

**6.3 As licitantes deverão apresentar a seguinte documentação complementar:**

a) **DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE** conforme dispõem o art. 3º da Resolução/CNMP nº 37/2009, informando que a empresa não tem como sócio, gerente ou diretor, membro ou servidor ocupante de cargo de direção do Ministério Público da União, bem como, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, conforme modelo constante do **Anexo III** desta Carta Convite;

b) **Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.**

c) Declaração referente ao Trabalho de menor, **conforme Anexo IV;**

d) Declaração ME/EPP/Cooperativa **conforme Anexo V;**

e) Declaração de Elaboração Independente de proposta, **conforme Anexo VI;**

**6.4** Os documentos exigidos nesta Carta Convite dentro do envelope Documentação deverão ser entregues, de preferência, numerados sequencialmente e na ordem estabelecida nesta Seção, a fim de permitir maior rapidez durante a conferência e exame correspondente.

**6.5** As empresas ainda não inscritas no SICAF poderão requerer seu cadastramento em qualquer Órgão ou Entidade Pública que seja unidade de cadastramento, nos termos da IN/MARE nº 05 de 21/07/95, alterada pela IN/MARE nº 09, de 16/04/96, atualizada pelo Dec. nº. 3.722, de 09/01/01.

**6.6** Não serão aceitos protocolos referentes à solicitação feita às repartições competentes, quanto aos documentos mencionados nesta Seção, nem cópias ilegíveis, mesmo que autenticadas.

**6.7** Para fins de habilitação, a Comissão Permanente de Licitação poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões. Além disso, certidão positiva com efeitos de negativa tem o mesmo efeito da certidão negativa.

**6.8** Não é exigido que as licitantes realizem vistoria do local de entrega dos objetos (**facultativo**).

## **SEÇÃO VII - DA PROPOSTA E DOS PREÇOS**

**7.1** A proposta, apresentada no **Envelope nº 02**, deverá ser elaborada na forma do **Anexo II – Modelo de Proposta de Preços** e indicar todos os dados mencionados no **subitem 7.2.1**.

**7.2** A proposta deverá, ainda:

**7.2.1** Estar assinada pelo representante legal/credenciado da licitante e conter todos os dados a seguir: menção ao número deste Convite, Razão Social, Nome Fantasia (se houver), número do CNPJ, endereço completo da licitante com telefones de contato e e-mail, especificação do objeto, unidade de medida, quantidade total, valor unitário, valor total do objeto e da proposta, marca e modelo/referência (se houver), prospectos (imagens, catálogos, links, etc) – se houver, prazo de garantia – se houver, data e assinatura do responsável pela proposta, prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação, dados do responsável pela assinatura contrato (nome completo, CPF e cargo na empresa) e, para efeito de pagamento, os dados bancários (o nome do banco e número - se houver, o código da agência e o número da conta-corrente da empresa).

**7.2.2** ser emitida por computador ou datilografada, de preferência, em uma única via, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada, como também rubricadas todas as suas folhas;

**7.2.3** conter outras informações julgadas necessárias e convenientes pelo licitante. Ademais, caso a proposta não indique o prazo de sua validade, o apresentado no **subitem 7.2.1** será considerado como aceito para efeito de julgamento.

**7.3** Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**7.3.1** Só serão aceitos preços em moeda nacional, ou seja, em Real (R\$), em algarismos arábicos e, de preferência, também por extenso, prevalecendo este último, em caso de divergência, desprezando-se qualquer valor além dos centavos.

**7.4** Em nenhuma hipótese o conteúdo da proposta poderá ser alterado, seja com relação ao preço, pagamento, prazo ou qualquer condição que importe a modificação dos seus termos originais, ressalvadas apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros materiais, ou falhas formais, alterações essas que serão analisadas pela Comissão Permanente de Licitação.

**7.4.1** Serão corrigidos automaticamente pela Comissão Permanente de Licitação quaisquer erros aritméticos e o preço global da proposta, se faltar.

**7.4.2** A falta de data e/ou rubrica da proposta poderá ser suprida pelo representante legal do licitante com poderes para esse fim e presente à reunião de abertura dos envelopes Proposta.

**7.4.3** A falta do CNPJ e/ou endereço completo poderá, também, ser preenchida pelos dados constantes dos documentos apresentados dentro do **Envelope nº 01 - Documentação**.



**7.5** Nos preços ofertados deverão estar inclusos os encargos sociais e trabalhistas, impostos, taxas, fretes, enfim, quaisquer outras despesas necessárias à execução do objeto, bem como deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos.

**7.6** Não serão aceitas propostas com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto deste Convite.

**7.7** Não se admitirá proposta com preço global superior ao orçamento estimado.

## **SEÇÃO VIII – DO JULGAMENTO**

**8.1** No julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO POR GRUPO**, desde que atendidas as especificações constantes deste Convite.

**8.2** Para fins deste certame, considerar-se-á como menor preço global o valor total da proposta, conforme **Anexo II - Modelo de Proposta de Preços** desta Carta Convite;

**8.3** O preço máximo global aceitável (preço estimado/preço de referência) é o valor total estabelecido no **Anexo II – Modelo de Proposta de Preços** desta Carta Convite.

**8.4** Atendidas todas as condições desta Carta Convite, o objeto será adjudicado GLOBALMENTE ao licitante vencedor.

**8.5** A Comissão Permanente de Licitação poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da PR/RR ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ela, para orientar sua decisão.

**8.6** Se duas ou mais propostas em absoluta igualdade de condições ficarem empatadas, será realizado sorteio, em ato público.

**8.7** Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão Permanente de Licitação poderá fixar aos licitantes o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação de nova documentação e (ou) de outras propostas escoimadas das causas da inabilitação ou desclassificação.

**8.8** Não se obtendo o número legal mínimo de três propostas aptas à seleção, impõe-se a repetição deste Convite, com a convocação de outros possíveis interessados, ressalvadas as hipóteses previstas no parágrafo 7º do art. 22 da Lei nº 8.666/1993 (**Súmula 248 – TCU**).

## **SEÇÃO IX – DAS IMPUGNAÇÕES E ESCLARECIMENTOS**

**9.1** Qualquer pessoa poderá impugnar, por alegada irregularidade, os termos do presente Convite, protocolizando até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública deste Convite, o respectivo requerimento, exclusivamente via e-mail [prrr-cpl@mpf.mp.br](mailto:prrr-cpl@mpf.mp.br), cabendo ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

**9.2** Não serão conhecidas as impugnações interpostas, vencidos os respectivos prazos legais.

**9.3** Acolhida a impugnação contra ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

**9.4** A solicitação de esclarecimento a respeito de condições deste Ato Convocatório e de



outros assuntos relacionados à presente licitação deverá ser efetuada pelas empresas interessadas em participar do certame, **exclusivamente** por meio do endereço eletrônico [prrr-cpl@mpf.mp.br](mailto:prrr-cpl@mpf.mp.br), até o 3º (terceiro) dia útil que anteceder a data estabelecida na **Seção I** desta Carta Convite para a reunião de recebimento e abertura dos envelopes Documentação e Proposta.

**9.5** A resposta ao esclarecimento solicitado será divulgada mediante publicação de notas na página web da PR/RR, no endereço <http://www.mpf.mp.br/rr/transparencia/licitacoes/2016/convite/>, cabendo aos interessados acessá-lo para obtenção das informações prestadas pela Comissão Permanente de Licitação.

## **SEÇÃO X – DO DIREITO DE PETIÇÃO**

**10.1** Observado o disposto no §6º do art. 109 da Lei n.º 8.666/93, o licitante poderá apresentar recurso ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da intimação do ato ou lavratura da ata, nos casos de habilitação ou inabilitação do licitante, julgamento das propostas, anulação ou revogação deste Convite.

**10.2** Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes que poderão impugná-lo no prazo de 2 (dois) dias úteis.

**10.2.1** Findo esse período, impugnado ou não o recurso, a Comissão Permanente de Licitação poderá, no prazo de 2 (dois) dias úteis, reconsiderar a sua decisão ou fazê-lo subir, devidamente informado, à autoridade competente.

**10.2.2** Para efeito do disposto no § 5º do art. 109, da Lei n.º 8.666/93, ficam os autos do PGEA 1.32.000.001034/2016-28 deste Convite franqueados aos interessados.

**10.3** Quaisquer argumentos ou subsídios concernentes à defesa do licitante que pretender reconsideração total ou parcial das decisões da Comissão Permanente de Licitação deverão ser apresentados por escrito, exclusivamente, anexando-se ao recurso próprio.

**10.3.1** O recurso interposto deverá ser comunicado à Comissão Permanente de Licitação logo após ter sido protocolizado no Serviço de Protocolo da PR/RR, no Setor de Gestão Documental, situado no endereço informado na Seção I.

## **SEÇÃO XI – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**11.1** Conforme **tópico 25 – DAS SANÇÕES E PENALIDADES** do Anexo I desta Carta Convite;

## **SEÇÃO XII – DO INSTRUMENTO ESPECÍFICO DE CONTRATO**

**12.1** As obrigações decorrentes da presente licitação serão formalizadas por instrumento específico escrito de contrato, do qual **farão parte**, independentemente de transcrição, o **Convite e seus Anexos** e a respectiva **proposta**, celebrado entre a União e a licitante vencedora, que observará os termos da Lei nº 8.666/93, do Convite e demais normas pertinentes, cuja minuta foi submetida a exame prévio da Assessoria Jurídica da Procuradoria da República no Estado de Roraima.

**12.2** Se o licitante vencedor não comprovar as condições de habilitação no ato da contratação, não apresentar a documentação exigida para celebração do contrato, ou

recusar-se injustificadamente a firmar o instrumento de contrato em até 5 (cinco) dias úteis da convocação, poderá ser convocada outra licitante, desde que respeitada a ordem de classificação da licitação para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Convite e das demais cominações legais.

**12.3** O contrato e seus eventuais aditamentos somente terão validade e eficácia depois de, respectiva e sucessivamente, aprovados pelo **Secretário Estadual da PR/RR** e publicados, por extrato, no Diário Oficial da União, retroagindo os efeitos dos atos de aprovação e publicação, uma vez praticados, à(s) data(s) da(s) assinatura(s) do(s) instrumento(s).

**12.4** A publicação do extrato do contrato, e de seus eventuais aditamentos, no Diário Oficial da União, será providenciada e custeada pela Administração, mediante remessa do texto do extrato a ser publicado à Imprensa Nacional, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias contados da aludida remessa.

**12.5** O licitante vencedor se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação.

**12.9** Antes da celebração do Contrato, a comprovação de regularidade do cadastramento no SICAF será verificada pela Unidade contratante, conforme o caso, pro meio de consulta "on-line" ao sistema, devendo seu resultado ser impresso e juntado ao processo.

**12.10** A execução do objeto será iniciado a partir da assinatura do Termo de Contrato.

### **SEÇÃO XIII – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**13.1** Conforme **tópico 6. CLASSIFICAÇÃO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** do Anexo I desta Carta Convite;

### **SEÇÃO XIV – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**14.1** O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos objetos e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, devendo ser exercido por um representante da Administração, especialmente designado na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93 e do art. 6º do Decreto nº 2.271/97.

**14.2** A fiscalização será exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

**14.3** Quaisquer exigências da fiscalização do contrato inerentes ao objeto do contrato deverão ser prontamente atendidas pela Contratada.

**14.4** Estando os objetos em conformidade, os documentos de cobrança serão atestados pela fiscalização do contrato e enviados ao setor competente para pagamento devido.

**14.5** A Contratante se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os objetos entregues, se em desacordo com a especificação do Convite ou da proposta de preços da Contratada.

### **SEÇÃO XV – DO PAGAMENTO**

**15.1** O pagamento será creditado em nome da Contratada, em moeda corrente nacional, mediante **ordem bancária** em conta-corrente por ela indicada ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas e ocorrerá conforme disciplinado no Anexo I desta Carta Convite;

**15.2** A nota fiscal/fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada das seguintes comprovações:

**15.2.1** Da regularidade fiscal e trabalhista;

**15.2.2** O pagamento dos objetos fornecidos ficará subordinado à comprovação, por parte da Contratada, da manutenção de todas as condições de habilitação.

**15.3** A critério da Contratante poderá ser utilizado o valor contratualmente devido para cobrir dívidas de responsabilidade da Contratada para com ela, relativas a multas que lhe tenham sido aplicadas em decorrência da irregular execução contratual.

## **SEÇÃO XVI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**16.1** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente, que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida, mediante comunicação do Presidente da CPL, informando nova data e horário.

**16.2** Qualquer modificação no presente Convite será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

**16.3** É facultado ao Presidente da Comissão de Licitação ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do mesmo desde a realização da sessão pública.

**16.4** Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**16.5** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do objeto pela Administração.

**16.6** A Administração da PR/RR, com relação a este Convite:

**16.6.1** se houver ilegalidade, deverá anulá-lo, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado; ou

**16.6.2** poderá revogá-lo, a seu juízo, se for considerado inoportuno ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta; ou

**16.6.3** poderá transferir a data de abertura dos envelopes Documentação e Proposta, por sua conveniência exclusiva.

**16.7** Será observado, ainda, quanto ao procedimento deste Convite:

**16.7.1** a anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei n.º 8.666/93;

**16.7.2** a nulidade do procedimento licitatório induz à da adjudicação, ressalvado,

ainda, o dispositivo citado no subitem anterior;

**16.7.3** no caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**16.8** A Sessão Pública para este Convite poderá ser conduzida apenas pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou por este e mais um dos outros dois membros, ou pelos três membros da Comissão em conjunto, tendo em vista o fim do exercício de 2016 e as possíveis férias ou ausências de membros/suplentes da CPL.

**16.9** Quaisquer informações complementares sobre este Convite e seus anexos poderão ser obtidas pelo Telefone (95) 3198-2029 ou pelo e-mail [prrr-cpl@mpf.mp.br](mailto:prrr-cpl@mpf.mp.br). Cópia desta Carta Convite e dos arquivos pertinentes podem ser obtidas na página web da PR/RR, link: <http://www.mpf.mp.br/rr/transparencia/licitacoes/2016/convite/>.

**16.10** O foro para solucionar os possíveis litígios que decorrerem deste procedimento licitatório será o da Justiça Federal, Seção Judiciária de Roraima.

**16.11** Integram esta Carta Convite, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**ANEXO I – Termo de Referência e seus anexos;**

**ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços;**

**ANEXO III – Declaração de Regularidade – Resolução CNMP Nº 37/2009;**

**ANEXO IV – Declaração de menor;**

**ANEXO V – Declaração ME/EPP/Cooperativa;**

**ANEXO VI – Declaração de Elaboração Independente de proposta;**

**ANEXO VII – Minuta de Contrato.**

Boa Vista-RR, 04 de outubro de 2016

Wagner Pontes de Sousa  
Presidente da CPL

**CARTA CONVITE Nº 01/2016**  
**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS**

**TERMO DE REFERÊNCIA Nº 13/2016/PR-RR/MPF**

EMENTA: TERMO DE REFERÊNCIA DESCRITIVO DOS SERVIÇOS DESTINADO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE MOTOR GERADOR DE ENERGIA ELÉTRICA PARA A PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RORAIMA.

**1. INTRODUÇÃO – ALINHADO COM OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO MPF: ADEQUAR A ESTRUTURA DA UNIDADE PARA UMA ATUAÇÃO INSTITUCIONAL EFICIENTE E SEGURA**

**1.1.** O presente Termo de Referência descreve os fundamentos e detalha as condições de prestação de serviço a serem contratados nos termos do art. 22, III da Lei 8.666/93 junto a empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva no Motor Gerador 97,5 KVA, 220/127v – 60 Hz, destinados a garantir o pleno funcionamento da Procuradoria da República em Roraima (PR-RR).

**1.2.** Este Termo tem por objetivo definir de forma ampla e simplificada o conjunto de elementos necessários e suficientes, com o nível de precisão adequado, para explicitar os serviços prestados almejados pela PR-RR, em consonância com a legislação pertinente e os princípios da administração pública.

**1.3.** Constituem partes deste Termo:

- Anexo I – Modelo de Proposta de Preços;
- Anexo II – Minuta de Contrato.

**2. OBJETO**

**MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS – ND 3.3.90.39-17**

Item	Descrição	Und.	Quant.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Manutenção preventiva	Serviço	2	2.410,00	4.820,00
2	Manutenção corretiva	Hora	16	107,00	1.712,00

\* Consultas realizadas com fornecedores conforme Inciso IV do Art. 2º da Instrução Normativa nº 5 de 27 de junho de 2014, bem como a sua média está de acordo com o § 2º e Incisos II e III do Art. 2º da referida IN.

**3. DA APRESENTAÇÃO**

**3.1** Será sempre suposto que as exigências expressas no presente termo de referência, bem como de qualquer ato da PR-RR, em especial atenção para as especificações aqui constantes, são de inteiro

conhecimento dos interessados em fornecer os objetos aqui descritos.

**3.2** As empresas que apresentarem suas propostas para os objetos aqui descritos deverão para efeito legal, terem regular cadastro no SICAF em observância ao Artigo 29 da Lei 8.666/93, Artigo 195, § 3º da CF/88, Artigo 47 da Lei nº 8.212/91, Acórdão 2237/2006 Primeira Câmara e à DECISÃO DO PLENÁRIO DO TCU. DOCUMENTO DC-0705 - 54/94-P, que vincula a obrigatoriedade que a administração tem em realizar a prévia consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF a respeito de sua situação no momento da contratação ou fornecimento, bem como dos empenhos e pagamentos de despesas, consoante os artigos 27 a 32 da Lei nº 8.666/1993 e itens 8.7 e 8.8 da IN/MARE no 5/1995.

**3.3** Deverá constar em anexo ao processo de licitação, a consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, a fim de verificar ocorrências contra a empresa contratada que a impeça de contratar com a Administração Pública, da qual será feita análise do tipo de infração cometida para que sejam tomadas as providências cabíveis, nos termos da IN/MARE nº 5/1995.

**3.4** **Ficará impedida de contratar com a Procuradoria da República em Roraima, a empresa que estiver positivada no CADIN e/ou estiver em débito com a Fazenda Pública com incidência de certidão irregular no SICAF.**

#### **4. DOS OBJETIVOS DAS AQUISIÇÕES**

**4.1** O objetivo da presente demanda descrita neste Termo de Referência é garantir o fornecimento de energia elétrica ininterruptamente para o Edifício-Sede da Procuradoria da República no Estado de Roraima por meio do pleno funcionamento do grupo gerador de energia elétrica; realizar manutenções preventivas e corretivas previstas nas normas de segurança do Motor/Gerador; e, atender ao Memorando nº 12/2016/SMSG/CA, datado de 24 de junho de 2016; da seguinte forma: dentro do orçamento anual previsto para a PR-RR, alinhado à Lei Orçamentária Anual e Lei de Diretriz Orçamentária com abrangência da Programação Orçamentária 2016, 2017 e 2018, vinculado investimento do Plano Interno MBIEST – UG 380006.

#### **5. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

**5.1** A Procuradoria da República no Estado de Roraima (PR-RR) é o órgão local do Ministério Público Federal (MPF), onde são desenvolvidas diariamente atividades típicas de escritórios, cartórios internos, biblioteca, arquivos e estoques, além de serviços de apoio, como recepções, copas, guarita e outros. No qual o fornecimento de energia elétrica é fundamental para a boa execução de sua atividade.

**5.2** Considerando os fundamentos expostos no Memorando nº 12/2016/SMSG/CA, datado de 24 de junho de 2016, citado acima;

**5.3** Considerando que o Estado de Roraima depende, em grande parte, da energia oriunda da hidrelétrica de Guri, na Venezuela, no qual o fornecimento não garante estabilidade;

- 5.4** Considerando os constantes racionamentos no país vizinho e o fato que desde 2009 a demanda fornecida vem sendo reduzida;
- 5.5** Considerando os frequentes problemas de oscilação e queda de energia elétrica no Estado de Roraima.
- 5.6** Considerando não existir contrato vigente com empresa de manutenção de grupo gerador;
- 5.7** Considerando que os serviços a serem adquiridos de acordo com as especificações constantes no presente Termo de Referência possibilitarão maior segurança na utilização do motor gerador;
- 5.8** Pelo exposto, a Administração da Procuradoria da República no Estado de Roraima entende que os princípios constitucionais, em especial os da Eficiência e Economicidade, bem como a legislação em vigor são obedecidos com a contratação dos serviços em tela, bem como faz-se imperativa para a manutenção do funcionamento, da segurança e da salubridade das instalações do órgão do MPF em Roraima; assim também, é providência essencial à logística de manutenção do padrão usual de atendimento oferecido aos usuários finais (coletividade).

## **6. CLASSIFICAÇÃO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 6.1** Os serviços propostos no presente termo classificam-se nas seguintes naturezas de despesa:
- Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.
    - Subitem: 17 – Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos.
- 6.2** A classificação orçamentária do objeto deste Termo de Referência está de acordo com a portaria Interministerial nº 163/MF/MPOG de 04 de maio de 2001 e alterações da Portaria nº 325 de 27 de agosto de 2001 e Portaria Interministerial 688/STN-SOF de 14 de outubro de 2005.
- 6.3** As despesas para a contratação dos serviços descritos pelo presente termo serão custeadas com os recursos consignados a Procuradoria da República em Roraima, no Orçamento Geral da União, no Plano Interno MBIEST, Natureza de Despesa 3.3.90.39-17, Fonte 0100, e posteriores empenhos à empresa contratada.
- 6.4** Em caso de alteração do Plano Interno, a CONTRATANTE adotará os meios necessários para alteração do contrato por meio célere e legal.
- 6.5** A dotação orçamentária para custeio do objeto do presente Termo de Referência será à conta do orçamento geral da União alocado ao MPF em tal período de vigência do CONTRATO e nos seus possíveis aditivos.
- 6.6** Os serviços propostos no presente Termo de Referência será custeado da seguinte forma: dentro do **PPA 2016 – 2019** com abrangência da Programação Orçamentária 2016, 2017 e 2018 da PR-RR, vinculado PTRES 089954 e ao custeio do Plano Interno MBIEST da UG 380006.

## **7. VALOR ESTIMADO DAS AQUISIÇÕES**

- 7.1** O valor estimado para a aquisição por Natureza de Despesa é:



- ND 3.3.90.39-17: R\$ 6.532,00 (seis mil, quinhentos e trinta e dois reais).

## **8. MODALIDADE DA AQUISIÇÃO**

**8.1** Convite, nos termos do artigo 22, III da Lei 8.666/93.

## **9. DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO**

**9.1** O fornecimento dos materiais descritos neste Termo de Referência será realizado na forma de demanda a ser solicitada pela Procuradoria da República em Roraima, localizada na Rua General Penha Brasil, nº 1255, CEP: 69.305-130, Bairro São Francisco, Município de Boa Vista – Roraima, Brasil.

**9.2** Os objetos deste Termo de Referência serão fornecidos de forma eventual de acordo com a necessidade e a disposição orçamentária da Procuradoria da República no Estado de Roraima.

**9.3** A previsão de danos à Administração Pública por conta de atos da contratada poderá ensejar a responsabilidade civil, administrativa e penal dos responsáveis e da própria empresa nos termos da Lei 12.846/2013.

**9.4** Ficará desde já vinculado ao conhecimento dos interessados em fornecer os objetos constantes do presente Termo de Referência, que caso a sede administrativa da Procuradoria da República no Estado de Roraima, localizada no município de Boa Vista – Roraima venha a se estabelecer em outro endereço diverso do descrito no item “9.1”, os mesmos deverão ser atendidos de igual maneira e em iguais condições ofertadas e acordadas no outro endereço em que a Procuradoria da República no Estado de Roraima se estabelecer, sem que haja ônus adicional.

**9.5** Caso venha a ocorrer mudança de endereço de sua sede administrativa, a PR-RR providenciará termo próprio de alteração do local de execução e entrega dos objetos deste Termo de Referência a fim de não desvirtuar o Regime de Execução da Contrato a ser firmada e publicado no Diário Oficial da União, onde as demais alterações referentes documentações, Notas Fiscais e documentos achados necessários e pertinentes da CONTRATADA, deverão ser providenciados pela mesma sem ônus ao MPF.

## **10. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**10.1** Serviços comuns nos termos do § 1º do Artigo 2º do Decreto nº 5.450/2005.

**10.2** Considerando que o parágrafo único do art. 1º, da Lei no 10.520/2002 define Bens e Serviços comuns como sendo aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado.

**10.3** O presente Termo de Referência define padrões de desempenho e qualidade de forma objetiva e conforme especificações usuais do mercado. Dessa forma, a competição será baseada unicamente nos preços propostos pelos concorrentes, pois não haverá apreciação de propostas técnicas, estando aderente ao Acórdão nº 313/2004 do Tribunal de Contas da União.

**10.4** Os serviços aqui descritos não envolvem criação, inovação ou conjugação de requisitos técnicos especiais, desconhecidos pelo mercado. Por outro lado, o mercado domina a solução pretendida, os serviços aqui elencados são ofertados por muitas empresas e comparáveis entre si com facilidade.

## **11. DA GARANTIA E QUALIDADE DOS SERVIÇOS**

**11.1** Deverá ser levado em consideração pelas licitantes as normas técnicas eventualmente existentes, elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, quanto a requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança dos objetos constantes deste Termo de Referência, nos termos da Lei nº 4.150, de 1962.

## **12. DAS ESPECIFICAÇÕES DO MOTOR GERADOR**

**12.1** A Procuradoria da República em Roraima possui um grupo gerador 97,5 KVA, 220/127 V, 60 Hz, com as seguintes especificações: Motor diesel, marca DEUTZ, modelo TD226B/6, injeção direta, 6 cilindros verticais, 105 KV = 142 cavalos, sistema de governo mecânico, sistema de arrefecimento à água por radiador de ventilador soprante e bomba centrífuga, filtro de ar seco, filtro lubrificante substituível descartável, sistema de alternador para carga de bateria, parada automática em caso de superaquecimento, baixa pressão do óleo lubrificante. Gerador tipo TRIVOLT, trifásico, com regulador eletrônico de tensão, sem escovas, refrigeração de ventilador no próprio eixo. Cabine de insonorização metálica apresentando a estrutura metálica construída em longarinas de chapa dobrada “U”, com travessas tubulares soldados pelo processo MIG; suportes de apoio para motor e pontos para colocação dos amortecedores de vibração. Pannel de comando e controle automático com supervisão de rede; partida, parada e transferência automática de carga, com possibilidade de funcionamento manual ou automático; montado em gabinete metálico auto-sustentado com indicação de tensão, corrente, frequência, temperatura do motor e pressão do óleo; proteção para alta temperatura da água de resfriamento e baixa pressão do óleo lubrificante. Chave de transferência composta por par de contactores tripolares, intertravados mecanicamente (trava mecânica) e eletricamente (contato auxiliar). Acessórios: um tanque de combustível com capacidade de 150 litros e bateria com cabos e terminais de ligação. Dotado de pannel de comando e controle automático e cabine de insonorização.

## **13. DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA**

**13.1** Para toda manutenção preventiva, a PRESTADORA DE SERVIÇO deverá emitir um relatório detalhado dos serviços executados, entregando ao fiscal do contrato o original assinado pelo técnico que executou o serviço. Os formulários deverão ser padronizados e acertados de comum acordo entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA.

**13.2** A manutenção preventiva nos equipamentos do Edifício-Sede deverá ser realizada no horário das 8 (oito) às 18 (dezoito) horas, de segunda a sexta-feira a cada 6 (seis) meses após a assinatura

do contrato, iniciando-se sempre no período da manhã, devendo a PRESTADORA agendar, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, com o servidor designado como fiscal do contrato, o dia e o horário para o início dos trabalhos.

**13.3** A assistência técnica preventiva para o Motor Gerador deverá ser realizada através de visitas periódicas semestrais, aos locais de instalação dos equipamentos.

**13.4** Os serviços de manutenção preventiva deverão ocorrer independentemente de ter havido manutenção corretiva no período.

**13.5** Itens a serem executados na manutenção preventiva:

- Verificar a existência de vazamento;
  - Verificar a vedação da tampa do radiador;
  - Completar os níveis de óleo lubrificante e água;
  - Verificar pré-aquecedor;
  - Verificar tensão e estado das correias;
  - Verificar estado da colmeia do radiador;
  - Verificar mangueiras e abraçadeiras de fixação;
  - Verificar e lubrificar o sistema de aceleração parada do motor;
  - Fazer limpeza geral com micro óleo;
  - Substituir todos os filtros de combustível e ar;
  - Trocar óleo lubrificante e filtro com motor quente;
  - Reapertar todos os parafusos e porcas dos agregados;
  - Limpeza do sistema de arrefecimento com substituição do aditivo, conforme manual do fabricante;
  - Limpeza interna e externa do tanque de óleo combustível com pintura do mesmo, se necessário;
  - Verificar estado das correias e substituir, se necessário;
  - Verificar estado de todas as mangueiras e substituir, se necessário;
  - Regulagem da folga das válvulas conforme a especificação do fabricante.
- **ALTERNADOR:**
    - Lubrificar, limpeza geral;
    - Verificar rolamentos;
    - Verificar necessidade de retificar os anéis coletores;
    - Medir resistência ôhmica dos enrolamentos;
    - Executar teste de vibração, verificando rolamentos e eventuais desbalanceamentos e corrigir se necessário.
  - **QUADRO DE ALIMENTAÇÃO E COMANDO:**
    - Reapertar conexões;

- Corrigir a atuação do painel(relés, temporizadores e instrumentos);
- Substituir fusíveis queimados;
- Fazer limpeza geral;
- Aferir instrumentos;
- Substituir qualquer elemento danificado;
- Verificar pressostato e sensor;
- Verificar tensão do carregador flutuador das baterias;
- BATERIAS:
  - Verificar e apartar bornes de ligação;
  - Verificar tensão;
  - Limpar terminais e conexões utilizando solução de bicarbonato de sódio à 10% (dez por cento);
  - Proteger os terminais com vaselina com pasta;
  - Limpar externamente os elementos, utilizando detergente neutro;
  - Adicionar água destilada para corrigir o nível do eletrólito;
  - Medir densidade, temperatura e tensão em todos os elementos;
  - Medir tensão de flutuação das baterias;
  - Verificar ajustes das correntes de carga das baterias;
- TESTE DE FUNCIONAMENTO:
  - Colocar o motor em marcha, sem carga e anotar as seguintes leituras: pressão, temperatura, frequência e tensão de carga.
- DOS MATERIAS
  - Os materiais necessários para a realização da manutenção preventiva, tais como água destilada, lubrificantes, filtros, produtos de limpeza, produtos químicos, estopas, tintas, etc. serão fornecidos pela CONTRATADA sem nenhum custo para a CONTRATANTE.

## 14. DA MANUTENÇÃO CORRETIVA

**14.1** O primeiro chamado para manutenção corretiva poderá ocorrer a partir da data da publicação do Contrato.

**14.2** A manutenção corretiva será realizada mediante solicitação do CONTRATANTE, através de e-mail ou telefone.

**14.3** Todas as peças e componentes do grupo gerador que precisem ser substituídas por ocasião de manutenção corretiva serão custeadas pela CONTRATANTE mediante procedimento a ser seguido pela contratada, conforme descrito a seguir:

- Substituição de peças/componentes em decorrência de manutenção corretiva
  - Depois de verifica pela CONTRATADA ou pelo CONTRATANTE, a necessidade de substituição de peças/componentes, a CONTRATADA enviará à fiscalização da SMSG,

num prazo máximo de (03) três dias úteis, a(s) proposta(s) de preço(s) da(s) peça(s)/componente(s) a ser(em) utilizado(s) no(s) serviço(s) corretivo(s), contendo seu(s) preço(s) para fornecimento da(s) peça(s)/componentes. As peças/componentes a serem substituídas serão originais. O aceite de peças não originais somente poderá ocorrer com a autorização por escrito da fiscalização da CONTRATANTE.

- O fornecimento das peças de pequenos valores que usualmente são trocadas
- A proposta de preços deverá conter, no mínimo, os seguintes itens/informações:
  - Nome da firma, endereço, telefone;
  - Cidade;
  - Data;
  - Endereçada à PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RORAIMA, aos cuidados do Setor de Manutenção e serviços Gerais;
  - Assunto: Proposta de preço para fornecimento/substituição de peça(s);
  - Proposta/orçamento nº;
  - Descrição da(s) peça(s)/componente(s) a ser(em) fornecidas;
  - Identificação do(s) local(ais) onde a(s) peça(s)/componente(s) será(ão) instalado(s)/substituído(s);
  - Justificativa para fornecimento/substituição da(s) peça(s)/componente(s);
  - Método/equipamento utilizado para verificação/comprovação do defeito de cada peça/componente para justificar a substituição/fornecimento;
  - Composição de preço para o fornecimento da(s) peça(s)/componente(s):
    - 1-Discriminação;
    - 2-Quantidade;
    - 3-Preço unitário;
    - 4-Valor total.
  - Forma de paramento;
  - Prazo de entrega;
  - Prazo para a instalação/substituição da(s) peça(s)/componente(s);
  - Justificativa para o prazo da instalação/substituição da(s) peça(s)/componente(s);
  - Garantia (especificar);
  - Validade da proposta.

## **15. DA SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS E MATERIAIS DE CONSUMO**

**15.1** Diagnosticadas falhas e/ou defeitos, durante a manutenção preventiva ou corretiva, que imponham a necessidade de recuperação ou substituição de peças, a PRESTADORA DO SERVIÇO deverá apresentar a PR-RR, em um prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o atendimento técnico, um orçamento detalhado, no qual as peças sejam especificadas com clareza, para permitir a

PR-RR a aquisição das peças. Após a chegada das peças, a PRESTADORA será convocada para providenciar a substituição das peças em um prazo máximo de 24 (vinte quatro) horas. As peças novas, que substituirão defeituosas, deverão ter garantia e estar em conformidade com as recomendações dos fabricantes das peças e da máquina do equipamento, por isso o prestador do serviço terá que comunicar imediatamente qualquer divergência quanto a peça a ser substituída.

**15.2 As peças com defeito deverão ser entregues a PR-RR.**

**15.3 Será de responsabilidade da PRESTADORA DO SERVIÇO o fornecimento dos materiais de consumo necessários à execução dos serviços, tais como: materiais de limpeza e higienização, estopa, graxa, ÓLEO DO MOTOR, FILTRO DIESEL, FILTRO LUBRIFICANTE, ADITIVO DO RADIADOR, MANGUEIRA DE ALIMENTAÇÃO e outros materiais de baixo custo e baixa complexidade.**

**15.4 Em todos os tipos de manutenção preventiva a empresa PRESTADORA deverá formular seus valores, levando em consideração o fornecimento e instalação de peças de pequeno valor que são usualmente substituídas durante esse tipo de manutenção. Assim, a empresa, em sua proposta, DEVERÁ COMPUTAR O FORNECIMENTO DAS PEÇAS DE PEQUENOS VALORES QUE USUALMENTE SÃO TROCADAS, POIS SERÃO CONSIDERADAS INCLUSAS NO PREÇO OFERTADO PARA O SERVIÇO. As demais peças, cujos os valores sejam significativos, serão adquiridas pela PR/RR.**

**15.5 Com relação ao subitem acima, será considerado de pequeno valor, o somatório dos valores das peças novas fornecidas e instaladas no equipamento, cujo o valor total não ultrapasse R\$ 80,00 (oitenta reais), com comprovação feita através de nota fiscal de aquisição e/ou proposta de preço da contratada. Assim, as demais peças que se fizerem necessárias serão adquiridas pela PR/RR, conforme item "14.1".**

## **16. DAS PROPOSTAS, PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

**16.1** As propostas deverão ser apresentadas com preço unitário e total dos objetos descritos neste Termo de Referência, informando para cada um a marca dos mesmos, considerando para todos os efeitos, o valor em moeda nacional (em algarismo e por extenso), já incidindo todas as despesas com entrega, encargos, tributos, frete e demais custos que se constituam, direta ou indiretamente, no valor a ser pago pela PR-RR;

**16.2** Registramos que o valor estimado de custeio com o objeto deste Termo de Referência é meramente referencial e tem a única finalidade de subsidiar comparativo de valores face as propostas a serem apresentadas.

**16.3 A PROPOSTA DEVERÃO OBRIGATORIAMENTE CONSIGNAR:**

**a) O e-mail, número de telefone e fax da empresa;**

**b) Nome do responsável da empresa e telefone;**

**c) Garantia dos produtos;**

**d) VALOR UNITÁRIO DOS OBJETOS E TOTAL da proposta, em algarismos e por extenso, compatíveis com os preços de mercado conforme estabelece o art. 43, inciso IV da Lei nº**

8.666/93.

- e) Dados bancários com nome do banco, agência e conta-corrente para pagamento dos objetos aqui expresso;
- f) Comprovantes de sustentabilidade ambiental quando houver.

**16.4 Serão desclassificadas e responsabilizadas administrativamente, civilmente e penalmente nos termos da Lei as empresas licitantes que impedirem, fraudarem, perturbarem ou frustrarem o certame oriundo deste Termo de Referência nos termos dos Artigos 90 e 93 da Lei 8.666/93.**

## **17. DA MARGEM DE PREFERÊNCIA**

**17.1** Será dada preferência de contratação às empresas às EPP e ME nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar nº 147/2014 e Decreto 7.174/2010 e para produtos menos agressiva ao meio ambiente, que consumam menos energia e que sejam oriundas de fontes renováveis e/ou recicláveis.

**17.2** A preferência para os materiais que adotarem critérios de sustentabilidade ambiental embasa – se por força normativa prevista no Artigo 225 c/c com o art. 23, VI e 170, VI da CFB/88, bem como tais critérios estarem pautadas no Protocolo de Montreal do qual o Brasil é parte e que enseja embasamento do art. 4º do Decreto nº 7.746/2012.

**17.3** Para os materiais e equipamentos de tecnologia e energéticos será dada margem de preferência conforme Lei Federal nº 8.248/1991 e Decreto nº 8.194/2014;

## **18. PERÍODO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO**

**18.1** O prazo de vigência da contratação será de 12 meses, prorrogável até 60 meses nos termos do Artigo 57, II da Lei 8.666/93.

## **19. DO CONTRATO**

**19.1** O instrumento contratual quando não firmado poderá ser substituído pela nota de empenho no valor total da obrigação de pagamento para com a empresa que fornecer os objetos da ATA de Registro de Preço aqui proposto, nos termos do artigo 62, Caput, § 4º da Lei 8.666/93 e Parecer SEORI/AUDIN-MPU Nº 694/2014.

**19.2** Para os objetos que resultem em contratos formais, a PR-RR formalizará junto a empresa fornecedora, TERMO DE CONTRATO que será devidamente assinado pelas partes e publicado no D. O. U. nos termos do art. 61, Parágrafo Único da Lei 8.666/93.

## **20. DO FUNDAMENTO LEGAL**

**20.1** A pretendida aquisição por meio de pessoa jurídica para fornecimento do objeto propostos pelo presente Termo de Referência encontram base legal no art. 6º e 22 da Lei nº 9.784/99 e na analogia de atos administrativos desta PR à Portaria SLTI nº 05/2002 e art. 22, III da Lei 8.666/93.



**20.2** Considerando o valor da presente aquisição, será contratado preferencialmente empresas ME e EPP nos termos da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006; Lei Complementar 147/2014.

**20.3** A pretendida aquisição vincula-se a Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006; Lei Complementar 147/2014, Lei nº. 8.666, de 21 de julho de 1993 e suas posteriores alterações, Decreto nº 7.892/2013, de 23 de janeiro de 2013, Decreto nº 8.250 de 23 de maio de 2014 e normas contidas na Lei 8.078/90 com nexo de aplicabilidade do Código Civil e Código Penal face a Teoria do Diálogo das Fontes em garantia a Supremacia do Interesse Público e de sua indisponibilidade.

## **21. DA ANÁLISE JURÍDICA**

**21.1** Todos os procedimentos oriundos do presente Termo de Referência serão examinados e aprovados pela Assessoria Jurídica competente da PR-RR, consoante artigo 114, III da Portaria PGR nº 591/2008 combinada com o parágrafo único do artigo 38 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e em observância aos diversos entendimentos do STF e TCU.

## **22. DA GESTÃO – ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**22.1** Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, anotando em processo ou registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

**22.2** A fiscalização da execução contratual deve ser realizada na forma da Portaria SG/MPF nº 110/2015 e nos Termos do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos do MPF, (cópia digital para download dos fiscais em: <http://intranet.mpf.mp.br/areas-tematicas/administrativas/administracao/publicacoes/manual-de-gestao-e-fiscalizacao-de-contratos>)

**22.3** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada/Fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **23. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA FORNECEDORA**

**23.1** Observar as Leis, Decretos, Portarias, Normas Federais, Distritais, Regulamentos, Resoluções e Instruções Normativas aprovadas no âmbito da PR-RR, direta ou indiretamente aplicáveis aos objetos deste Termo de Referência, inclusive por suas subcontratadas, fornecedores e empregados; sendo que, durante o fornecimento e instalação dos objetos deste termo, a empresa adjudicada deverá efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou

que vierem a incidir sobre os objetos deste TERMO DE REFERÊNCIA, até o fornecimento definitivo dos materiais;

**23.2** Disponibilizar número de **telefone móvel** que permita contato imediato entre a PR-RR e o representante da empresa FORNECEDORA.

**23.3** Empregar, no fornecimento, entrega ou instalação/montagem do objeto deste Termo de Referência, material e pessoal de qualidade e devidamente qualificado, a fim de evitar vícios sanáveis e insanáveis.

**23.4** Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que seus empregados venham a serem vítimas quando na entrega do objeto deste Termo de Referência, por tudo quanto as Leis Trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício das atividades da empresa, motivo que cabe ao representante da empresa verificar e acompanhar seus empregados na entrega dos objetos deste Termo.

**23.5** Responder por perdas ou danos que vier sofrer a PR-RR ou terceiros, em razão de sua eventual ação ou omissão dolosa ou culposa ou de seus atos e empregados, quando na entrega dos objetos deste Termo de Referência, independentemente de outras cominações legais a que estiver sujeita em Lei.

**23.6** Os empregados da empresa não terão nenhum vínculo com a PR-RR, ficando sob a inteira responsabilidade da empresa FORNECEDORA, os pagamentos e os ônus relativos às taxas, tributos, contribuições sociais, indenização trabalhista, vale-transporte, vale-refeição e outros encargos previstos em lei, incidentes ou decorrentes do fornecimento e entrega do objeto deste Termo de Referência.

**23.7** Assumir a responsabilidade e adotar todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie aqui descrita for vítimas os seus empregados durante a entrega e/ou instalação do objeto deste Termo de Referência, ainda que acontecido nas dependências da PR-RR.

**23.8** Comprometer-se em manter, durante o prazo de validade da ATA, os preços registrados nesta e a disponibilidade dos objetos previstos neste Termo de Referência, nos quantitativos máximos licitados.

**23.9** Ter ciência da não obrigação do MPF em adquirir a totalidade dos objetos licitados.

**23.10** Executar diretamente suas obrigações, **sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pela PR-RR.**

**23.11** Caso a empresa FORNECEDORA seja optante pelo Simples Nacional, a mesma deverá comprovar sua situação e apresentar cópia dos ofícios, com comprovantes relativos a tributação das Secretarias Federal, Estadual, Distrital e/ou Municipal, no prazo previsto no inciso II do § 1º do artigo 30 da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações da Lei Complementar nº 147 de 7 de agosto de 2014.

**23.12** Ter total observância ao disposto na Lei 12.846/2013.

**23.13** Os critérios de recebimento dos objetos deste termo de referência será adotada da seguinte forma:

- **RECEBIMENTO PROVISÓRIO:** Imediatamente após a entrega dos serviços previstos neste Termo à PR-RR/MPF;
- **RECEBIMENTO DEFINITIVO:** Em até 5 dias após o recebimento provisório que abrangerá testes/Instalação/montagem/uso a fim de comprovar que os serviços previstos neste Termo foram executados de acordo com o aqui estabelecido e a proposta da empresa Fornecedora/Contratada, ocasião em que a PR-RR verificará se os mesmos foram devidamente entregues em quantidade, qualidade, garantia, marca e valor contratado e constatar que os mesmos não apresentam nenhum vício.

## **24. DAS OBRIGAÇÕES DA PR-RR**

**24.1** Acompanhar a execução dos objetos previstos neste Termo.

**24.2** Designar servidor da PR-RR para acompanhar e atestar a execução dos serviços para efeito de faturamento e pagamento junto ao Setor Financeiro – SEOF da PR-RR.

**24.3** Indicar o local da execução dos serviços.

**24.4** Proporcionar todas as facilidades para que a proponente adjudicatária possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas neste TERMO DE REFERÊNCIA.

**24.5** Efetuar o pagamento no prazo e as condições estabelecidas neste TERMO DE REFERÊNCIA.

**24.6** Solicitar à proponente adjudicatária todas as providências necessárias à boa execução do objeto deste Termo de Referência.

**24.7** Rejeitar, no todo ou em parte, os objetos entregues em desacordo com as devidas especificações.

**24.8** Solicitar à proponente adjudicatária a troca dos objetos danificados ou que estiverem em desacordo com as respectivas especificações ou que tiverem qualidade inferior ao descrito na proposta da empresa.

**24.9** Impedir que terceiros não autorizados executem/entreguem os objetos deste Termo de Referência.

**24.10** Não permitir a entrega dos objetos em desacordo com as condições preestabelecidas neste Termo de Referência e na proposta.

**24.11** Sugerir e aplicar à EMPRESA as penalidades legais e regulamentares cabíveis, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

**24.12** Efetuar o pagamento no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, para as compras até R\$ 8.000,00 (oito mil reais), e até 15 (quinze) dias úteis para as compras acima desse valor, após o recebimento definitivo do objeto deste termo de referência, tendo-se a presunção de não haver erros de preenchimento e valores da Nota Fiscal/Fatura, que caso haja o tempo acima exposto contar-se-á a partir da correção devidamente realizada.

**24.13 Verificar a regularidade da EMPRESA junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedora – SICAF e CADIN, antes de qualquer empenho e do cumprimento da obrigação;**

24.13.1. Será consultado o SICAF para efeitos legais, mas será obrigatório nos casos de contratação e empenho, a comprovação das certidões de INSS e FGTS devidamente em dias para efeito do que determina o Artigo 195, §3º da Constituição Federal do Brasil de 1988.

**24.14** Providenciar a publicação interna do extrato da Ata de Registro de Preço ou Contrato nos termos do Parágrafo Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

## **25. DAS SANÇÕES E PENALIDADES**

**25.1** Sob o arcabouço jurídico será previsto no contrato cláusula de cunho administrativo e civil abrangendo penalidades compensatórias decorrentes de inadimplemento insuportável passível de rescisão contratual (parcial ou total), que terá seu limitador de obrigação contratual o Art. 86 da Lei de Licitações que reconhece o cabimento de multa contratual na hipótese de atraso no cumprimento das obrigações previamente estabelecidas.

**25.2** É fundamental que se atenda que a finalidade da norma jurídica, definitivamente não é prejudicar a empresa a fornecer os objetos deste Termo de Referência, retirando a comutatividade da avença, muito menos captar proveitos econômicos ao Poder Público, e sim reprimir a mora contratual com percentuais de multa razoáveis e proporcionais ao inadimplemento verificado.

**25.3** Será observada a lesão causada ao ente público, com grau de culpa ou dolo na conduta da empresa FORNECEDORA ou CONTRATADA e, principalmente, a lesão do interesse público envolvido, a fim de dosar a sanção a ser estipulada, adequando-a a finalidade da norma e cumprindo os preceitos legais.

**25.4** A limitação do percentual da penalidade moratória é respaldada no Código Civil vigente e na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor, do qual permite à aplicação de multas, buscando tornar justa e adequada a aplicação das penalidades contratuais.

**25.5** Além dos diplomas legais citados acima, acrescenta-se as disposições contidas no Código Civil, que, por força do art. 54 da Lei de Licitações, se aplicam subsidiariamente aos contratos administrativos. Dentre elas, destaca-se o art. 413 cuja redação é clara no sentido de permitir a redução da penalidade, caso seja excessiva ou a obrigação principal tiver sido cumprida em parte.

**25.6** As penalidades serão aplicadas em conformidade com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, inerentes à Administração Pública ou ao ente Privado, buscando seu único fim, qual seja, ressarcir o atraso causado e/ou prejuízos à Administração Pública, conforme a própria nomenclatura dada à penalidade moratória, QUE DECORRE DE MORA – ATRASO, completamente diferente dos casos de infração contratual que acarretem na rescisão por inexecução parcial ou total do Contrato, em que se aplica apenas a hipótese da penalidade penal (compensatória).

**25.7** Fundamentado no artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002 e no art. 28 do Decreto n.º 5.450/2005, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e

Municípios e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do MPF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado anual da contratação, a empresa que:

- a) Não assinar o contrato, tendo sido convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- b) Deixar de entregar documentação exigida no edital/termo de referência;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- f) Comportar-se de modo inidôneo;
- g) Realizar declarações falsas;
- h) Cometer fraude fiscal.

**25.8** Fundamentado nos artigos 86 e 87 da Lei nº. 8.666/93, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado na execução do objeto deste termo, assim considerado pela Administração, que enseje inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada o contraditório e a ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa moratória de 0,4% (quatro décimos por cento) por dia de atraso na execução do objeto sobre o valor total da obrigação (que poderá ser substituído por ressarcimento ao dano), referente ao fornecimento dos objetos deste termo, aplicadas de acordo com a respectiva obrigação, limitada a incidência a 5 (cinco) dias;
- c) Multa moratória de 2% (dois por cento) acrescido de 0,45% (quarenta e cinco centésimos por cento) por dia de atraso, contados a partir do sexto dia, na execução do objeto sobre o valor total da obrigação referente ao objeto solicitado de acordo com a respectiva obrigação/empenho, em caso de atraso na entrega do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior, limitada a incidência a 45 (quarenta e cinco) dias. Após o quinto dia de atraso e a critério da Administração poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- d) Após 45 (quarenta e cinco) dias de atraso, será aplicada, a título de multa punitiva, a penalidade cabível a Infração de Grau 2, conforme Tabela 2 – Grau das Infrações/Dosimetria, por dia de atraso, sendo limitada a 50% (cinquenta por cento) do valor da obrigação.

**25.9** A inexecução total da obrigação aqui assumida incidirá na rescisão unilateral da avença e em multa punitiva de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor global do respectivo contrato, Ata ou empenho, para cobrir as perdas e danos causados à Administração e o custo do certame licitatório

realizado, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 7º da Lei 10.520/2002.

**25.10** Sofrerá a fornecedora a penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimentos de contratar com o MPF, se, por culpa ou dolo, prejudicar ou tentar prejudicar a execução deste ajuste, nos seguintes prazos e situações:

- a) **Por 6 (seis) meses:** Atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente, que tenha acarretado prejuízos financeiros para PR-RR e/ou Execução insatisfatória do objeto contratado, se antes tiver havido aplicação da sanção de advertência e multa;
- b) **Por 2 (dois) anos:** Não conclusão dos serviços ou entrega dos materiais contratados; Prestação do serviço em desacordo com as solicitações da PR-RR, não efetuando sua correção após solicitação da mesma; Cometimento de quaisquer outras irregularidades que acarretem prejuízo ao MPF/PR-RR, ensejando a rescisão do contrato por culpa da EMPRESA; Apresentação, a PR-RR, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do Contrato, a manutenção das condições apresentadas na habilitação; Ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei Federal nº. 8.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do MPF após a assinatura da ATA ou do contrato.

**25.11** Será declarada a inidoneidade da fornecedora quando constatada má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo ao MPF, atuação com interesses escusos, reincidência em faltas que acarretem prejuízo a unidade da PR-RR ou aplicações anteriores de sucessivas outras sanções, implicando proibição da Contratada de transacionar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, podendo ser aplicada, dentre outros casos, quando:

- a) Tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar ou contratar com o poder público, em virtude de atos ilícitos praticados;
- d) Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução dos objetos deste Termo de Referência, sem consentimento prévio da PR-RR.

**25.12** As multas porventura aplicadas a empresa FORNECEDORA ou CONTRATADA poderão ser descontadas da garantia quando houver ou dos pagamentos devidos pela PR/RR por meio de glosas aplicadas com o devido direito de contraditório ou cobradas diretamente da mesma, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas neste termo.

**25.13** As sanções aqui previstas serão obrigatoriamente registradas no SICAF e sua aplicação será precedida ante a concessão de oportunidade da empresa FORNECEDORA ou CONTRATADA em exercer o direito de contraditório e da ampla defesa na forma da lei.

**25.14** Entre outras sanções, poderão ser aplicadas multas administrativas pela PR-RR, quando a CONTRATADA cometer algumas das infrações descritas na Tabela 1 abaixo, tendo como registro os graus relativos a cada ato que enseje penalidade conforme Tabela 2:

**Tabela 1 – Infrações**

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Não disponibilizar contatos de telefone ou correio eletrônico dos representantes legais da empresa.	1	Por necessidade a ser realizada por meio de notificação formal.
2	Entregar materiais e equipamentos diverso da proposta sem a devida justificativa.	1	Por objeto
3	Tratar de modo rústico ou ofensivo qualquer representante legal da PR-RR em função de cobranças de entrega ou prestação de informações de cunho administrativo relacionado às obrigações junto ao MPF.	1	Por ocorrência
4	Deixar de atualizar as obrigações tributárias, previdenciárias, sociais e trabalhistas junto ao SICAF à época da obrigação, impossibilitando assim empenhos e/ou pagamentos por parte do MPF.	1	Por certidão não regular
5	Deixar de ter registro na linha de fornecimento do fornecedor inscrito no SICAF e Junta Comercial os objetos deste termo de referência.	2	Por linha de fornecimento
6	Entregar bens com garantia inferior ao mínimo requerido neste termo de referência.	3	Por objeto
7	Deixar de entregar contrato assinado ou ata de registro de preços originais à PR-RR por prazo superior a 20 dias.	4	Por instrumento hábil de contrato ou ATA.
8	Entregar materiais de qualidade danosa à Administração Pública.	5	Por objeto
9	Deixar de assinar contrato junto a PR-RR/MPF.	6	Por dia limitado a 5 dias

**Tabela 2 – Grau das Infrações/Dosimetria**

Grau da Infração	Penalidade
1	Advertência
2	Advertência e Multa de R\$ 50,00
3	Advertência e Multa de R\$ 100,00
4	Advertência e Multa de R\$ 200,00
5	Advertência e Multa de R\$ 300,00
6	Advertência e Multa de R\$ 500,00

**25.15** A reincidência de infrações de mesmo grau poderá incidir em penalidades de infração de grau superior, conforme quantitativo informado na Tabela 3:



**Tabela 3 – Tabela de Reincidências**

Grau da infração	Quantidade de infrações para incidir no grau:					
	1	2	3	4	5	6
1	Até 4	5 a 8	9 a 16	17 a 32	33 a 64	Mais de 64
2	-	Até 4	5 a 8	9 a 16	17 a 32	Mais de 32
3	-	-	Até 4	5 a 8	9 a 16	Mais de 16
4	-	-	-	Até 4	5 a 8	Mais de 9
5	-	-	-	-	Até 4	Mais de 4
6	-	-	-	-	-	A partir de 1

**Observação:**

- I. A sanção de multa poderá ser aplicada à CONTRATADA acompanhada das demais sanções.
- II. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA.
- III. Se o valor a ser pago à CONTRATANTE não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual, se houver.
- IV. Se inexistente a garantia ou o seu valor for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida, por meio de GRU, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial que será precedido do devido processo legal e do direito de ampla defesa e contraditório da CONTRATADA.
- V. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, aquela será encaminhada para inscrição em dívida ativa ou providências de cobrança extrajudicial junto à AGU.
- VI. Os casos não elencados serão apreciados na devida instauração do Procedimento Administrativo.
- VII. A todas as penalidades expressas neste Termo de Referência será respeitado o direito de ampla defesa e contraditório da Fornecedora/Contratada.
- VIII. Caberá ao ordenador de despesas, nos autos do processo de apuração de infração contratual, observando as circunstâncias do caso concreto, aos antecedentes, aos motivos e a conduta da CONTRATADA, decidir pela redução ou extinção das sanções e penalidades previstas neste Termo, conforme julgue necessário e suficiente para a reprovação e prevenção das infrações previstas.

**26. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**26.1** Ficará eleito o Foro da Seção Judiciária da Justiça Federal da 1ª Região do estado de Roraima, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiados que sejam para dirimir quaisquer questões oriundas do presente termo de referência e Contratos que deve se firmarem com resultado

de sessão pública de licitação, vinculado ao compromisso conscientemente firmado entre as partes envolvidas, salvo nos casos previstos no art. 109, inciso I, da Constituição Federal, combinado com os arts. 62 e 63 do Código de Processo Civil de 2015.

**26.2** São partes integrantes deste Termo de Referência e harmônicas entre si:

a) O (s) Contrato (s) resultante deste termo;

b) As notas de empenhos vinculadas aos objetos deste termo.

**26.3** A abstenção eventual de qualquer das partes, no uso de qualquer das faculdades às mesmas concedidas nas possíveis e futuras contratações, não implicará em renúncia à utilização de tal faculdade.

**26.4** A licitante vencedora arcará com todos os ônus necessários à completa execução no fornecimento dos objetos de que trata o presente Termo de Referência.

## **27. RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA**

Joel de Oliveira Melo – Técnico do MPU – Matrícula MPF nº 27.860-2

## **28. SUGESTÃO PARA FISCALIZAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES**

**28.1** Fiscal Administrativo e Fiscal Técnico:

28.1.1. Titular: FRANCISCO DAS CHAGAS ALVES / MATRÍCULA: 24914 / TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO;

28.1.2. Substituto: EVANDRO VICENTE LEDESMA / MATRÍCULA: 16930 / TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO.

05 de setembro de 2016

Encaminhe – se ao Secretário Estadual para análise e aprovação do presente Termo.

**Joel de Oliveira Melo**  
Técnico do MPU/PR-RR/MPF

Boa Vista – RR, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016

( ) De Acordo quanto aos itens especificados da SMSG.

( ) Altere-se as especificações dos itens da SMSG conforme despacho nº \_\_\_\_\_.

( ) Exclua-se os itens especificados da SMSG conforme despacho nº \_\_\_\_\_.

**João Batista Barroso Silva**  
Chefe Substituto do SMSG/PR-RR/MPF  
Responsável pela demanda da SMSG

Boa Vista-RR, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

(        ) Aprovado.                    (        ) Altere-se o presente Termo conforme despacho em anexo.

Fica aprovado o presente Termo de Referência e seus anexos, dentro dos parâmetros legais de minha competência atribuída pela Portaria SG/MPF nº 382/2015. Encaminhe-se à \_\_\_\_\_ para:

- (    ) Formalização de Processo.
- (    ) Formalização de Minuta de Edital de Licitação.
- (    ) Consulta de preços.
- (    ) Formalização do Mapa Comparativo de Preços.
- (    ) Empenho.
- (    ) O Procurador-Chefe autorizar o pleito.
- (    ) Análise Jurídica e Parecer.

**Igor José Barbosa Duarte Lopes**  
Secretário Estadual/MPF/PR-RR  
Ordenador de Despesas

**TERMO DE REFERÊNCIA Nº 13/2016/PR-RR/MPF**  
**ANEXO I – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

**PROPOSTA nº     /2014**

Item	Quant.	Unidade	Descrição	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
<b>Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos – ND 3.3.90.39-17</b>					
1	2	Serviço	Manutenção preventiva	2.410,00	4.820,00
2	16	Hora	Manutenção corretiva	107,00	1.712,00
<b>VALOR TOTAL DA PROPOSTA/GRUPO: R\$ 6.532,00</b>					

Razão social com endereço completo da licitante e número do CNPJ, que serão os mesmos constantes da documentação do SICAF ou apresentação de certidão de FGTS e ISS regular e da Nota Fiscal a ser emitida, caso apresente a melhor proposta à administração).

---

---

---

---

Prazo de validade da proposta \_\_\_\_\_ (não inferior a 60 dias).

\_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ (local), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

Faço saber que as condições de fornecimento e entrega, bem como os direitos e obrigações previstas no Termo de Referência nº 29/2014/MPF/PR-RR do objeto acima orçado, da qual possuo como qualquer outro cidadão brasileiro, o amplo direito de acesso e consulta dos autos do processo de sua aquisição junto à Procuradoria da República em Roraima, que como representante desta empresa estou de acordo com o que nele está expresso.

(assinatura do representante legal)

**CARIMBO DA EMPRESA**

**TERMO DE REFERÊNCIA Nº 13/2016/PR-RR/MPF****ANEXO II – MINUTA DE CONTRATO**

CONTRATO Nº ...../2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM MOTOR GERADOR, QUE ENTRE SI FAZEM CELEBRAM A PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RORAIMA E A EMPRESA .....  
.....

A **UNIÃO FEDERAL**, por intermédio da **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RORAIMA (PR-RR)**, situada na Rua General Penha Brasil, 1255, bairro São Francisco, em Boa Vista – RR, CEP 69305-130, telefone (95) 3198-2000, representada neste ato pelo seu Secretário Estadual, senhor [.....nome.....], [.....nacionalidade.....], [.....estado civil.....], [.....profissão.....], portador da Carteira e Identidade nº ....., SESP/....., e do CPF nº .....-....., residente e domiciliado [no(a) .....endereço completo.....], no exercício da competência que lhe foi atribuída pelo artigo \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, do Regimento Interno do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria PGR nº 382, de \_\_\_\_/2015 e em ato delegatório por meio da Portaria PR-RR nº \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_/2015, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**,

e a empresa

[.....NOME DA EMPRESA.....], nome de fantasia “[.....]”, estabelecida à [.....endereço completo, incluindo município, UF e CEP.....], telefone (.....) ....., neste ato representada pelo(a) seu(sua) [.....cargo.....], senhor(a) [.....nome.....], [.....nacionalidade.....], [.....estado civil.....], [.....profissão.....], portador da Carteira e Identidade nº ....., SESP/....., e do CPF nº .....-....., residente e domiciliado [no(a) .....endereço completo.....], e daqui por diante designada simplesmente **CONTRATADA**,

tendo em vista o contido no Processo nº 1.32.000.\_\_\_\_\_/2016-\_\_\_\_\_, referente ao **Convite nº...../.....** da PR-RR, doravante referenciado simplesmente por **LICITAÇÃO**, considerando as disposições estabelecidas na Lei nº 8.666, de 21/06/1993, atualizada, têm, entre si, justo e avençado, e celebram o presente **CONTRATO** para prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva em motor gerador, à **CONTRATANTE**, no regime de empreitada por preço unitário, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA 1ª: DO OBJETO**

1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços continuados, com fornecimento de insumos, de manutenção preventiva e corretiva, sem fornecimento de peças, em motor gerador pertencente à **CONTRATANTE**, conforme as seguintes especificações:

Item	Descrição	Und.	Quant.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Manutenção preventiva	Serviço	2		

2	Manutenção corretiva	Hora	16		
---	----------------------	------	----	--	--

1.2. O objeto do presente CONTRATO poderá sofrer acréscimos ou supressões, nas mesmas bases contratuais, até o limite previsto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, alterado pela Lei nº 9.648/98.

#### CLÁUSULA 2ª: DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. O serviço do item 1, "Manutenção preventiva" será realizado sob o Regime de Execução Indireta, mediante Preço Global.

2.2. O serviço do item 2, "Manutenção corretiva" será realizado sob o Regime de Execução Eventual, sendo que o quantitativo previsto para o item na Cláusula Primeira é meramente estimativo.

#### CLÁUSULA 3ª: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1. O CONTRATO terá vigência de 12 (doze) meses, com início na data de \_\_/\_\_/2016 e encerramento em \_\_/\_\_/2017.

#### CLÁUSULA 4ª: DO PREÇO

4.1 O valor total estimado da contratação é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### CLÁUSULA 5ª: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas com a execução deste contrato correrão, neste exercício, à conta de créditos orçamentários consignados no Orçamento Geral da União, Ministério Público da União, na seguinte classificação orçamentária: Programa de Trabalho nº 089954 MBIEST; Natureza de Despesa 3.3.90.39. E para eventuais exercícios seguintes, a execução será realizada com créditos próprios de igual natureza.

Parágrafo único – Para cobertura da despesa foi emitida Nota de Empenho nº 2016NE000\_\_\_\_, de \_\_/\_\_/2016, no valor de R\$ \_\_\_\_\_, à conta da dotação orçamentária especificada nesta Cláusula:

Gestão/Unidade: 380006

Fonte: 0100

Programa de Trabalho Resumida: 089954

Elemento de Despesa: 3.3.90.39-17

PI: MBIEST

#### CLÁUSULA 6ª: DO PAGAMENTO

6.1. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços efetivamente entregues, no limite da importância do preço global estabelecido na Cláusula anterior, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis para as compras acima de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais) e até 15 (quinze) dias úteis para as compras acima desse valor, a contar da entrega da nota fiscal pertinente devidamente atestada por definitivo, por meio de ordem bancária para depósito em conta-corrente da CONTRATADA,

condicionado pagamento integral ao prévio atesto, pelo Gestor do Contrato, da completa e correta execução do fornecimento, em relação ao estabelecido no termo de referência da LICITAÇÃO e no presente contrato.

§ 1º – A CONTRATADA deverá apresentar, mensalmente, nota fiscal/fatura relativa ao fornecimento do mês anterior, endereçadas a Procuradoria da República no Estado de Roraima, situado na Rua General Penha Brasil, nº 1255, bairro São Francisco, Boa Vista – RR, CEP 69.305-130, para fins de liquidação e pagamento, acompanhada das seguintes comprovantes:

- a) regularidade junto ao INSS-CND;
- b) regularidade junto ao FGTS-CRF;
- c) Certidão Negativa de Tributos e Contribuições Federais da SRF;
- d) Certidão Negativa da Dívida Ativa da União;
- e) Certidão Negativa das Fazendas Estadual e Municipal;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

§ 2º – A nota fiscal/fatura emitida deverá conter as seguintes informações:

- a) Descrição, valor unitário, valor total, quantidade e marca do objeto/material fornecido;
- b) Número da nota de empenho que originou a obrigação;
- c) Ordem de pedido ou E-mail formal do Fiscal de Contrato solicitando a demanda.

§ 3º – A nota fiscal/fatura não deverá conter arredondamentos de valores. Quando o resultado da operação final apresentar 3 (três) casas decimais ou mais, deverão ser eliminadas as casas decimais a partir da terceira, considerando para valores em centavos, apenas as duas primeiras casas decimais.

§ 4º – Sobre o valor da nota fiscal, a CONTRATANTE fará as retenções devidas de tributos, nos termos da lei.

§ 5º – Caso a CONTRATADA seja optante pelo “SIMPLES” (Lei nº 9.317/1996), não serão feitas as retenções de que tratam as citadas instruções normativas, ficando a CONTRATADA, nesse caso, obrigada a apresentar declaração, na forma do Anexo IV da IN SFR nº 1234/2012, em duas vias, assinadas pelo seu representante legal.

§ 6º – A consulta relativa à regularidade fiscal, exigida quando da habilitação, será feita previamente a cada pagamento, devendo seu resultado ser juntado aos autos do processo próprio e ficando o efetivo pagamento a ela condicionado.

§ 7º – Em caso de pendência/inadimplência em qualquer condições de habilitação ou de contratação expressa no Edital de Licitação e no presente contrato, caracterizará-se a inadimplência parcial ou total da CONTRATADA, que resultará em penalidade de advertência, multa e/ou rescisão contratual, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

§ 8º – A inadimplência das condições acima expressa, não caracterizará impedimento no pagamento de obrigações já realizadas face a caracterização de enriquecimento ilícito, motivo que será cancelado de imediato qualquer empenho, benefícios, prestação ou fornecimento que venha a beneficiar a CONTRATADA, salvo as obrigações de execução fiscal, trabalhistas ou de multas legais previstas em lei, no presente contrato e/ou no edital de licitação, das quais poderão ser aplicadas judicial e extrajudicialmente ou administrativamente descontados em valores do faturamento devido à empresa CONTRATADA sem prejuízo de ações de reparação de dano ou aplicação da Lei 8.078/90 (Código do Consumidor), respeitando em todos os casos o direito de ampla defesa e contraditório em processo devidamente instruído pela PR-RR/MPF.

§ 9º – No caso de atraso no pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data de prazo final para pagamento, estabelecido nesta Cláusula, e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será de 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação da seguinte fórmula:



$$EM = I \times N \times VP$$

onde:

EM = Encargos moratórios;

I = índice de atualização financeira = 0,0001643;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

§ 10º – Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 38 do Decreto nº 93.872/1986.

#### CLÁUSULA 7ª: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

---

7.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência nº 13/2016 PR/RR.

#### CLÁUSULA 8ª: DA RESCISÃO

---

8.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

8.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

8.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

8.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

8.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

8.4.3. Indenizações e multas.

#### CLÁUSULA 9ª: DAS VEDAÇÕES

---

9.1. É vedado à CONTRATADA:

9.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

9.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

#### CLÁUSULA 10ª: DAS ALTERAÇÕES

---

10.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

10.2.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

#### CLÁUSULA 11ª: DOS CASOS OMISSOS

11.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### CLÁUSULA 12ª: DA PUBLICAÇÃO

12.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

#### CLÁUSULA 13ª: DO FORO

13.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Roraima – Justiça Federal.

São partes integrantes deste Contrato e harmônicas entre si:

- a) O Termo de Referência nº 13/2016 e seus anexos resultante deste termo;
- b) As notas de empenhos vinculadas aos objetos do Convite nº \_\_\_\_/2016;
- c) As propostas da (s) empresa (s) ganhadoras da LICITAÇÃO oriunda (s) do Convite nº \_\_\_\_/2016.

E, por estarem de pleno acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente CONTRATO, lavrado em três vias de igual teor e forma, assinado pelas partes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Boa Vista (RR), ..... de ..... de 201X

Pela CONTRANTE:

Pela CONTRATADA:

[Nome]  
Secretário Estadual  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA / RR

[Nome]  
[cargo / função]  
[EMPRESA]

Testemunhas:

[nome]  
CPF nº .....

[nome]  
CPF nº .....



**CARTA CONVITE Nº 01/2016**  
**ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

**PROPOSTA COMERCIAL**

Carta Convite Nº 01/2016

Processo: 1.32.000.0001034/2016-28

Objeto: contratação direta de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de motor-gerador de energia elétrica.

Proposta Comercial	<p>1 - Carimbo CNPJ 2 – Endereço completo da empresa com telefones e e-mail</p> <p><i>A proposta a ser apresentada pelo licitante deverá estar assinada pelo representante legal/credenciado e conter todos os dados a seguir: menção ao número deste Convite, Razão Social, Nome Fantasia (se houver), número do CNPJ, endereço completo da licitante com telefones de contato e e-mail, especificação do objeto, unidade de medida, quantidade total, valor unitário, valor total do objeto e da proposta, marca e modelo/referência (se houver), prospectos (imagens, catálogos, links, etc) – se houver, prazo de garantia – se houver, data e assinatura do responsável pela proposta, prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação, dados do responsável pela assinatura contrato (nome completo, CPF e cargo na empresa) e, para efeito de pagamento, os dados bancários (o nome do banco e número - se houver, o código da agência e o número da conta-corrente da empresa).</i></p>
--------------------	---

Ao,

Ministério Público Federal – MPF

Procuradoria da República no Estado de Roraima – PR-RR - CNPJ: 26.989.715/0027-41

Rua General Penha Brasil, nº 1255, São Francisco, cep 69305-130, Boa Vista – RR

Telefone: (95) 3198-2029 e-mail: [prrr-cpl@mpf.mp.br](mailto:prrr-cpl@mpf.mp.br)

ITEM T. R.	GRUPO	DESCRIÇÃO	U. M.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	1	Manutenção preventiva	Serviço	2	2.410,00	4.820,00
2		Manutenção corretiva	Hora	16	107,00	1.712,00
Valor Total da Proposta R\$						6.532,00

<b>Responsável pela assinatura do contrato</b> Nome completo: _____ Cargo: _____ CPF _____-____-____	<b>Dados Bancários:</b> Banco: _____ Agência: _____ Conta Corrente: _____
<b>Validade da Proposta: 60 dias.</b>	<b>Prazo de entrega:</b>
<b>Demais condições da proposta:</b>	

\_\_\_\_\_ cidade \_\_\_\_\_ - UF \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016

**Responsável pela assinatura da proposta:**

Assinatura e carimbo: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF \_\_\_\_\_ . \_\_\_\_\_ . \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_

**CARTA CONVITE Nº 01/2016**  
**ANEXO III - DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE – RESOLUÇÃO CNMP Nº 37/2009**

**DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE – RESOLUÇÃO CNMP Nº 37/2009**

**IDENTIFICAÇÃO**

RAZÃO

SOCIAL: \_\_\_\_\_

Nº CONVITE: **01/2016** CNPJ: \_\_\_\_\_

NOME

DECLARANTE: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

CARGO: \_\_\_\_\_

DECLARO, nos termos do art. 3º da Resolução nº 37, de 28.4.2009 do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, para fins de contratação dos objetos junto à Procuradoria da República no Estado de Roraima, que:

(     ) os sócios desta empresa, bem como seus gerentes e diretores não são cônjuges, companheiros(as) ou parentes, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de Membro ou Servidor ocupante de cargo de direção, chefia e assessoramento do Ministério Público da União e dos Estados (Ministério Público Federal, Ministério Público Militar, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios).

(     ) os sócios desta empresa, bem como seus gerentes e diretores são cônjuges, companheiros(as) ou parentes, até o terceiro grau, inclusive, de Membro ou Servidor ocupante do cargo de direção do Ministério Público da União e dos Estados, abaixo identificado(s):

Nome do membro ou servidor: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Órgão de Lotação: \_\_\_\_\_

Grau de Parentesco: \_\_\_\_\_

Por ser verdade, firmo a presente, sob as penas da lei.

Boa Vista, RR, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

**CARTA CONVITE Nº 01/2016**  
**ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE MENOR**

**DECLARAÇÃO DE MENOR**

\_\_\_\_\_ razão social \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_.\_\_\_\_.\_\_\_\_/\_\_\_\_-\_\_, declara para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

.....[local], ..... de ..... de 2016.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do responsável

CPF nº .....



**CARTA CONVITE Nº 01/2016**  
**ANEXO V - DECLARAÇÃO ME/EPP/COOPERATIVA**

**DECLARAÇÃO ME/EPP/Cooperativa**

A empresa \_\_\_\_\_(razão social)\_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_, declara, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, em seu Art. 34, que essa Empresa/Cooperativa está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

.....[local], ..... de ..... de 2016.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do responsável

CPF nº .....

**CARTA CONVITE Nº 01/2016**  
**ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**

**DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**

\_\_\_\_\_ nome \_\_\_\_\_, como representante devidamente constituído de  
\_\_\_\_\_ razão social \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_/\_\_\_\_-\_\_\_\_, doravante  
denominado \_\_\_\_\_ razão social \_\_\_\_\_, para fins do disposto na **Carta**  
**Convite Nº 01/2016**, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal  
Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar deste certame foi elaborada de maneira independente pelo \_\_\_\_\_ razão social \_\_\_\_\_ e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar deste certame, não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato deste certame, quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar deste certame, não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar deste certame não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de PROCURADORIA DA REPUBLICA/RR antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

.....[local], ..... de ..... de 2016.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do responsável

CPF Nº .....

**CARTA CONVITE Nº 01/2016**  
**ANEXO VII – MINUTA DE CONTRATO**

Conforme ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO do Termo de Referência Nº 13/2016/PR-RR/MPF, Anexo I deste Edital.